



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0328/16	DATA: 03/05/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 16h15min	TÉRMINO: 17h56min	PÁGINAS: 36
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR - Advogado. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO - Advogado.			
SUMÁRIO			
Aspectos relacionados a contratos de <i>marketing</i> , direitos de mídia, patrocínios e eventos envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol — CBF.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, muito boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol.

Eu quero aqui, de público, meus amigos e minhas amigas, pedir desculpas. Esta reunião estava agendada com os nossos convidados e deveria ter o seu início às 14h30min, mas infelizmente hoje foi um dia diferente tanto aqui na Casa quanto em Brasília. Hoje nós tivemos a chama olímpica passando pela cidade. Brasília literalmente deu um nó no trânsito, e ninguém conseguia andar pela manhã. Então, alguns compromissos acabaram sendo cancelados, outros foram adiados e as pessoas acabaram chegando um pouco atrasadas.

Além disso, tivemos aqui na Casa a instalação das Comissões Permanentes e acabamos tendo um problema de liberação de plenário para que pudéssemos iniciar os nossos trabalhos.

Vamos começar efetivamente a nossa 6ª Reunião.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 5ª Reunião. Indago se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Fica dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Silvío Torres.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação a respectiva ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

A ata foi aprovada.

Informo aos Srs. Parlamentares o recebimento de indicação da Consultora Elizabeth Machado Veloso, especialista na área de Comunicação Social, Informática, Telecomunicações, Sistema Postal, Ciência e Tecnologia, para prestar assessoramento técnico legislativo a esta CPI.



Comunico o recebimento de ofício do Deputado João Derly requerendo a retirada de tramitação do Requerimento nº 14/2016, de sua autoria. Defiro o pedido de S.Exa. e determino que a Secretaria da CPI tome as medidas necessárias.

Vamos, então, à Ordem do Dia.

A presente reunião consistirá em audiência pública, com a presença dos seguintes convidados: José Francisco Cimino Manssur e Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, que são advogados e autores do livro *Futebol, Mercado e Estado — Projeto de Recuperação, Estabilização e Desenvolvimento Sustentável do Futebol Brasileiro: Estrutura, Governo e Financiamento*.

Para que possamos iniciar os nossos depoimentos, os nossos trabalhos, convido para tomar assento à mesa o Sr. José Francisco Cimino Manssur e o Sr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro.

Eu peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo sofrer apartes. Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. José Francisco Cimino Manssur.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Deputados, demais presentes, senhoras e senhores, boa tarde!

Eu acredito que o convite para participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que muito me honra e pelo qual agradeço, parte da perspectiva de que nós — Rodrigo e eu — temos contribuições a dar, no sentido de propor mudanças efetivas na organização atual do futebol brasileiro.

É chegado o momento de se pensar em propostas que modifiquem uma estrutura do futebol brasileiro, que vem sendo utilizada desde que Charles Miller trouxe a bola e começou a primeira atividade relacionada à formação do primeiro time de futebol. De lá para cá, em termos de profissionalização, de aumento do efetivo de torcedores interessados e de acesso e divulgação pelos meios de comunicação, muita coisa mudou. É óbvio que negar esse fato seria negar a



realidade. Porém, o sistema de organização dos clubes e das entidades que administram o futebol brasileiro mudou muito pouco desde então. Eles ainda são organizados na forma de associações sem fins lucrativos, que vêm a ser uma coletividade de pessoas, conforme está regido nos artigos 59 e seguintes do Código Civil Brasileiro e outras disposições pertinentes do mesmo Código. Essa forma de organização visa à reunião de pessoas para a realização de atividades nas quais não se visa ou não se distribui lucro; ou seja, não há objetivo de lucro entre os seus associados.

Nenhum de nós pode negar, hoje em dia, que é absolutamente relevante o volume de recursos que o futebol brasileiro move, assim como é impressionante o volume de recursos que o futebol mundial move e gerencia, razão pela qual, desde logo, a utilização do regime de associações para a gestão da atividade do futebol profissional, e isso pode ser transmudado para outras modalidades esportivas, parece uma contradição, em termos.

Antes de adentrar no projeto em si, eu queria falar um pouco da evolução legislativa, dos movimentos legislativos que os Srs. Deputados devem ter acompanhado e que redundaram no arcabouço jurídico, legal, que nós temos hoje em dia.

O primeiro movimento legislativo que veio discutir a Constituição e a forma de organização das entidades esportivas, e nela se inclui a entidade de administração nacional de desporto, a CBF, ocorreu em 1993 com a Lei Zico. Foi o primeiro momento em que um texto legal colocou em prática a faculdade de as entidades esportivas adotarem a forma de sociedades empresariais. Em 1998, já sob o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, surgiu a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 — a Lei Pelé. O Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, era Ministro do Esporte à época.

No momento da consolidação da Lei Pelé, ela veio precedida de um parecer muito importante proferido pelo então Advogado-Geral da União Gilmar Mendes, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, que demonstrou, de forma bastante objetiva, que não seria possível as entidades esportivas continuarem a se organizar sob a forma de associação, na medida em que elas tinham receitas superiores, já naquela época, a algumas centenas de milhões de reais.



A Lei Pelé, no seu art. 27, impunha a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas. Essa obrigatoriedade sofreu no Congresso muitos questionamentos, inclusive tendo em vista o art. 217 da Constituição Federal, que prevê a autonomia das entidades esportivas para organização e funcionamento. A partir de 2000, essa obrigatoriedade passou a ser estabelecida como uma faculdade.

Esses movimentos de avanço e retrocesso foram se dando ao longo das décadas nesta Casa e no Senado da República. Está presente aqui o Deputado Silvio Torres, que teve participação fundamental, como Relator, numa CPI anterior que discutiu exatamente a questão do contrato entre a CBF e a Nike. Esses movimentos de questionamento são antigos, já vêm de décadas passadas.

Penso como cidadão, alguém interessado, que estuda o movimento esportivo e que se especializou na legislação esportiva desde a década de 90, e espero do trabalho de V.Exas. que não necessitemos mais de outras CPIs para discutir o futebol brasileiro. Que ele possa andar com as suas próprias pernas e evoluir.

Por isso, o viés da minha fala, bem como a do Dr. Rodrigo também, é propositivo, trazendo ao conhecimento de V.Exas. uma proposta concreta, para que saíamos desse movimento de obrigatoriedade da transformação em empresa, faculdade da transformação em empresa, em que termos se transforma. Agora, mais recentemente, com a Lei do Profut, editada no ano passado, acabou a concessão dos benefícios fiscais e tributários para as entidades que adotem o regime empresarial. Constava no texto original da Lei do Profut, mas acabou sendo vetado pela Presidência da República à época.

Depois de anos e anos acreditando, defendendo e escrevendo artigos pela transformação das entidades esportivas em empresa, para que isso fosse compulsório, eu conheci no projeto do Dr. Rodrigo, que está presente, uma alternativa que considero absolutamente viável, que é calcada em cinco pilares, que ele vai apresentar, que faz, a grosso modo e de forma sintetizada, com que se dê uma alternativa de constituição de uma sociedade anônima própria, sociedade anônima do futebol, para que ela passe a administrar as atividades relacionadas à gestão e operação do futebol pelas entidades esportivas. Cria-se um mercado. Insere-se o futebol brasileiro no mercado a partir da participação de CVM, etc.



Acreditamos que a partir dessa evolução, dessa criação do mercado, sem perder nunca as características culturais do futebol brasileiro, nós vamos ter condição de equiparar as nossas entidades esportivas, inclusive a CBF e os nossos clubes, aos grandes clubes do mundo, tanto em termos de geração de receita como na possibilidade de captar e fidelizar torcedores, como na sua capacidade de ter resultados esportivos, sem nunca perder. Por isso, o livro que foi lançado e no qual consta esse projeto trata com muita atenção dos aspectos culturais do futebol brasileiro.

Não está se fazendo aqui uma proposta para que se joguem fora séculos — boa parte dos nossos clubes são centenários — de tradições e tudo que fez com que esses clubes tivessem milhões e milhões de torcedores pelo Brasil. Não é isso, mas manter as tradições e evoluir num cenário no qual possamos inserir o futebol brasileiro no mercado.

A par desses textos legislativos que eu citei, é importante mencionar também o Estatuto do Torcedor, que traz uma condição própria de questionamento que todos nós deveríamos nos fazer. Por que foi necessária a criação de um Estatuto do Torcedor para criar as regulamentações no contexto da relação entre o clube de futebol e o torcedor? Por que os clubes não poderiam, por si só, adotar medidas que fossem capazes de oferecer aos torcedores um serviço melhor do que eles têm hoje? Por que não fomos capazes de inserir tudo isso no Código de Defesa do Consumidor? Porque ainda temos uma forma de ver o futebol que não se insere tanto no mercado propriamente dito das empresas e dos prestadores de serviço em geral, por isso não tem a possibilidade de adequação ao Código de Defesa do Consumidor, tampouco tratamos ainda o nosso torcedor como consumidor de um produto, revelando interesse em que ele vá mais ao estádio, consuma mais os produtos relativos ao clube, assista mais os jogos na televisão, porque é desse mercado...

Quando falamos de *marketing*, temos que tratar desse assunto. O torcedor que está em casa assistindo ao futebol, que dá audiência, faz com que a marca que está na camisa do clube tenha um valor maior. Por isso, vai ser pago um valor maior pelo patrocínio. Então, a qualidade do produto gera uma cadeia de valor intrínseca, mas, além de gerar um bom espetáculo no campo, e a gente já gerou espetáculos



melhores do que os de hoje em dia, a gente também precisa dar o tratamento adequado a esse cidadão que acompanha o futebol, seja no estádio, seja pela mídia.

Então, Presidente, eu vou rapidamente passar a palavra ao Dr. Rodrigo. Não vou usar todo o meu tempo, nem perto disso, para que ele possa detalhar os cinco pilares básicos da proposta, inclusive no que diz respeito à desmutualização da própria CBF.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero agradecer ao Dr. José Francisco Manssur.

Passo, então, a palavra ao Dr. Rodrigo Monteiro de Castro para que ele faça uso dos seus 20 minutos regimentais.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Sr. Presidente, Deputado Laudivio Carvalho, Sr. Relator, Deputado Fernando Monteiro, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras, inicialmente, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, pelo convite que nos foi formulado e pela possibilidade de expor aqui uma proposta que se desmembra em alguns tópicos e que aborda um aspecto relacionado ao tema central desta Comissão, que é a CBF.

Esta proposta tem a possibilidade de transformar esta entidade administradora num monumento do ponto de vista econômico e num monumento que administre um símbolo nacional que volte a ter a relação que sempre teve com o seu povo, não de modo ufanista e sem a apropriação deste símbolo, seja por qualquer ideologia, mas, sim, que faça com que o brasileiro possa ter uma relação direta com este símbolo. Isto é viável, é possível e faz parte do nosso projeto.

Então, a ideia aqui é passar rapidamente por esses pilares que o Dr. Manssur mencionou e tomar mais tempo dentro da CBF, que eu acho que é o ponto principal.

Nós passamos alguns anos estudando o mercado brasileiro, o mercado europeu e também o americano. Quando eu digo americano, eu digo o de todo o Continente. Estudamos toda a evolução legislativa para entender os acertos e os equívocos e para entender se havia efetivamente equívocos, ou se não, se o que foi feito em determinado momento foi feito porque era o que se podia fazer.



Nós chegamos à conclusão de que o futebol brasileiro precisa se inserir num ambiente virtuoso que permita a proteção, que reconheça esse esporte como elemento cultural, sim. E a gente não pode ter vergonha de dizer que faz parte, que é um elemento cultural.

Aliás, o esporte está associado a todas as civilizações, desde as mais primárias, a alguma forma de manifestação. O futebol se tornou nosso, queiramos ou não, gostem os intelectuais ou não, apropriem-se, em certos momentos, certas pessoas desta manifestação cultural ou não. É um elemento cultural que deve ser preservado, mas também — aí é o grande ponto, e não há uma divergência em relação a esta questão cultural — o futebol é um elemento, um bem econômico extraordinário, monumental, que pode servir, no caso do Brasil, justamente por se tratar de um aspecto cultural que faz parte das manifestações do povo, de um elemento de integração nacional, uma pauta de exportação, uma pauta de desenvolvimento social e econômico.

O que nós propomos, então, rapidamente, para depois chegar à proposta em relação à CBF? Em primeiro lugar, não basta propor a criação de um tipo de empresa, de um tipo de sociedade. Por quê? Porque a sociedade quebra, a sociedade encontra dificuldades, a sociedade entra em recuperação judicial. Se olharmos hoje os índices de recuperação ou de falência, o gráfico é muito simples.

Então, o fato de se criar uma empresa não quer dizer que o futebol estará salvo. Pelo contrário, será lançada a um ambiente nervoso, empresarial, uma atividade que sempre foi protegida por essa casca amadora, porque o futebol é administrado por associações civis sem fins lucrativos, amadoras por natureza. De modo que o que se precisa criar aqui, então, é um mercado, é um ambiente que traga esse esporte, que reconheça o seu aspecto cultural e o proteja como tal, mas que atraia recursos.

Enquanto não se trouxerem recursos para o futebol, o Brasil não voltará a ser o que foi. O motivo é muito simples. Se pegarmos os resultados das cinco principais ligas europeias em 2014, veremos que elas faturaram, em 2014, 11,4 bilhões de euros. Quanto faturou a CBF, no Brasil, em 2014? Faturou 520 milhões de reais; em valores de hoje, 150 milhões de euros, mais ou menos, um pouquinho menos. E mais: as ligas não operam as seleções. A CBF opera a Seleção. Se pegarmos o



resultado da CBF de 2015, que foi em torno de 520 milhões de reais, cento e pouco milhões de euros, vejam a disparidade. Os números dos clubes são estarrecedores. Por exemplo, o Real Madrid, que é o clube que mais ganha, fatura algo em torno de 600 milhões, exatamente 550 milhões em 2014. Este ano vai superar a marca de 600 milhões.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Em euros?

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Euros. São 550 milhões de euros.

O maior clube brasileiro em receita, em 2014, que foi o Flamengo, faturou 100 milhões de euros. Vamos pegar como exemplo o décimo, o nono e o oitavo maiores clubes do Planeta em receita em 2014: Arsenal, Juventus e Liverpool são importantes, mas não são mais importantes do que o futebol brasileiro inteiro, incluindo a CBF. Pois é, em faturamento são. Esses três clubes juntos faturaram mais do que os vinte maiores clubes brasileiros e a CBF em 2014. Como pode a maior potência do futebol mundial, reunindo todos os seus clubes principais e a sua associação administradora, ser menor do que três clubes importantes, mas não monumentais, do futebol brasileiro? Não pode! Daí vem a ideia, a proposta de se criar esse ambiente, que parte da criação da sociedade anônima do futebol, que tem como premissa a proteção do futebol como cultura, mas que atraia o capital com regras de governança reconhecidas pelo mercado — novamente, com esses elementos que protegem e reconhecem o futebol e que façam com que o dinheiro entre.

Em segundo lugar está um novo Direito Tributário do futebol. O futebol, para que se desenvolva, não pode ser tratado do jeito que é. O futebol vem sendo tratado com isenções e perdões de dívida justamente porque não há um incentivo para que ele possa gerar receitas, gerar recursos, atrair capital. Então, nesta ideia há um novo Direito Fiscal, que parte, sim, de um regime transitório, mas chega ao regime das empresas convencionais.

Em terceiro lugar, uma listagem especial na BOVESPA, dentro do administrador de mercado, de modo que se tenha uma governança especial.

Quarto aspecto, um convênio a ser tratado entre as sociedades do futebol e escolas públicas para a formação de crianças que tenham assiduidade em aula e



notas. Com isso, poderão ser treinadas, poderão ter um treinamento especial por essas sociedades anônimas do futebol, que terão em contrapartida a possibilidade de celebrar com essas crianças os seus primeiros contratos.

Aí nós chegamos ao tema que eu acho que interessa a esta CPI, que é a CBF. Vejam só a possibilidade que a CBF tem.

Deputado, quanto tempo eu tenho, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - V.Sa. ainda tem 11 minutos e 20 segundos, 12 minutos.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Obrigado.

A nossa proposta é fazer com que os clubes, as federações se beneficiem de um movimento — e já existe precedente na história do País; isso se passou com a bolsa de valores de São Paulo, que com isso se tornem proprietários de ativos ultravalorizados, valiosíssimos, que vai gerir o futebol brasileiro e oferecer para cada brasileiro a possibilidade de participar desse empreendimento, dessa atividade, dessa ação que passa pelo seguinte: hoje os clubes de futebol não têm, com relação à CBF, nenhuma relação de patrimônio, não há uma ligação de patrimônio. Os clubes votam, porque fazem parte da primeira divisão, de acordo com o Estatuto da CBF, se fizerem parte da segunda divisão do campeonato brasileiro, porque assim diz o Profut. Além disso, votam as federações.

A nossa proposta é desmutualizar, para na sequência abrir o capital da CBF.

De que modo? Em primeiro lugar, os associados da CBF que votam, as federações e os clubes, vão atribuir, na nossa proposta, às federações e aos clubes de primeira, segunda, terceira e quarta divisões títulos patrimoniais da CBF, de modo que esses beneficiários passam a ter nos seus patrimônios um ativo, que é o título patrimonial da CBF.

De que modo se atribuem esses títulos patrimoniais? Os critérios objetivos têm que ser definidos entre os associados: número de títulos, tamanho de torcida e outros aspectos que propomos aqui. A partir desse momento, cada um desses associados tem um ativo, que é um título patrimonial da CBF. Ato contínuo esses associados deliberam a transformação da CBF em sociedade anônima. Vejam que movimento incrível: federações e clubes passam a ter um ativo que é, sem nenhuma incerteza, bilionário, porque a CBF tem um valor bilionário.



A CBF faturou, em 2015, 520 bilhões de reais. Eu não vi qual é o *e-bit* dela, mas fazendo um cálculo burro, ou simplista, desculpem-me, a CBF vale 2 bilhões de reais. Se criarmos um projeto, um plano de desenvolvimento da CBF, ela tranquilamente pode ser avaliada em torno de 3 ou 4 bilhões de reais. Vejam a riqueza que se fria para o País, vejam a riqueza que se cria para os clubes e para as federações, que passam a ter esse ativo, que pode ser livremente negociado entre eles.

O passo maior, que é o que nos parece mais adequado, seria colocar o Brasil num outro patamar, em que a população reclama, que é fazer com que o futebol seja o que ele é, uma expressão do povo, uma expressão da nação. Esses associados, que se tornarão acionistas de uma CBF que se tornou uma sociedade anônima, podem deliberar a abertura de seu capital.

Vejam bem: abrindo-se o capital, esses clubes, essas federações têm a possibilidade de, sem perder o vínculo que têm com a CBF, participar, administrar regionalmente ou participar de campeonatos nacionais, vender as suas ações em mercado. Olha o mercado e a riqueza que se cria!

Uma preocupação que talvez se coloque: *“E se vier alguém e comprar a CBF?”* A nossa proposta é de que nenhum acionista possa, com exceção dos originários, ou seja, as federações e os clubes, no momento da transformação, ter mais de um determinado percentual, por exemplo: 1%, 2%, 3% — um número que será definido dentro desse plano. E aí qualquer brasileiro, qualquer pessoa vai poder comprar ação da CBF se considerar e se identificar com aquele projeto.

O que estamos propondo aqui também? Estrangeiros. Dentro desse percentual máximo de, por exemplo, 1%, estrangeiros podem comprar ações para estimular o mercado. Agora, para que o estrangeiro compre ações da CBF, ele terá que dizer quem é o beneficiário final, quem é a pessoa física que controla um eventual fundo, uma eventual empresa que participe da CBF. Vejam só o movimento que se cria: riqueza para os clubes, riqueza para as federações e a CBF administrada e com a possibilidade de operar, administrar um mercado monumental e não apenas um mercado interno. Se nós pegarmos os números da CBF, há um artigo publicado pelo jornalista Rodrigo Capelo, na revista *Época* desta semana, em que ele desmembra de um modo muito interessante: dos 520 milhões de reais que a



CBF faturou em 2015, 82% vêm da Seleção; 18%, dos clubes e 18% dos campeonatos. Olhem só como os nossos campeonatos são mal explorados! Eu não estou dizendo aqui que há um problema na CBF. Eu não conheço internamente a CBF. O que eu estou dizendo é que há um produto monumental que gera bilhões de euros na Europa e que aqui no Brasil gera 150 milhões de reais. As ligas que operam a organização do futebol, não a Seleção, em 2014, faturaram 11,5 bilhões. Os campeonatos brasileiros geraram 120 milhões! Imaginem a potencialidade de exportação desse produto, de atração de mercados, de recuperação do valor afetivo. Nós vemos crianças que preferem assistir jogos de clubes europeus a jogos de clubes brasileiros. Não é possível isso! Em contrapartida, na Europa, não se vê, no sábado e no domingo, uma criança ou um adulto abrindo o jornal e dizer: hoje eu não vou assistir ao jogo do Manchester, vou assistir ao jogo do São Paulo, do Corinthians, do Palmeiras, do Flamengo, do Santa Cruz, do Esporte, do Grêmio, do Inter, do Cruzeiro, do Atlético, porque não há valor nenhum, exceto esse mito da camisa amarela.

Chegou o momento então, na nossa concepção, de uma grande evolução e não de uma revolução. E a evolução parte pela criação desse mercado. Esse mercado tem uma variação: a variação possível é que esse movimento de desmutualização passe antes por um desmembramento da CBF, de modo que a CBF vai ter a participação, num primeiro momento, as cotas, os títulos patrimoniais desta CBF que vai operar e administrar os campeonatos. Esta CBF, então, vai atribuir, alínea “a”, II, títulos patrimoniais para clubes e federações, e aí se faz a desmutualização e a abertura de capital. Há dois modelos, portanto, para que se pense, para que se organize, para que se proponha um modelo de futebol que, com alguma evolução, já se pratica fora do Brasil.

O mundo inteiro, o mundo ocidental, o mundo que tem uma relevância do ponto de vista dos campeonatos já superou esses problemas. Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, México, Chile, Colômbia, Uruguai, todos esses países já tratam de suas sociedades empresárias, já tratam de uma organização de mercado, já promoveram aberturas de capital de sociedades anônimas do futebol. Isso acontece no Chile, na Colômbia, em Portugal, na Espanha, na França, na Inglaterra, na Itália, na Alemanha, e nem por isso se afastou o torcedor. O maior



programa de sócio e torcedor do Planeta é o do Bayern de Munique, que era um clube, uma associação civil que constituiu uma empresa. Depois disso, foram três operações em que acionistas entraram no capital do Bayern injetando centenas de milhões de euros: Audi, Allianz, a mesma que patrocina o Palmeiras, e Adidas. Esses três juntos reúnem 25% do capital do Bayern de Munique. E não dá para dizer que o modelo do Bayern de Munique é mal sucedido, tanto do ponto de vista de resultados de campeonato como de receita. É a terceira maior receita do Planeta. Em 2014, 550 milhões de euros, o Real; 540, o Manchester; 530, o Bayern de Munique. E o maior programa de sócio e torcedor do Planeta. O Borussia Dortmund também não dá para dizer que é um exemplo de fracasso, que fez, e disputa, nos últimos 20 anos, a hegemonia com o Bayern, apesar de o Bayern estar em primeiro lugar, abriu o seu capital. Nenhum acionista tem a maioria do capital. O seu programa de sócio-torcedor — eu não tenho o número do Bayern — também é bem sucedido e a torcida é ultrafanática. Os exemplos deles se espalham por todos os países.

Dessa forma, quem ficou para trás? Dos importantes, dois: Argentina e Brasil. Segundo notícias do início do ano, há projetos em curso na Argentina para que se crie ali um mercado do futebol. Desse modo, o País que tem o futebol como principal bem cultural e que tem o principal futebol do planeta não está sabendo aproveitá-lo.

O que queríamos, então, trazer para esta CPI como proposta e como oportunidade? Com as conversas que nós tivemos com os componentes da Mesa desta CPI e também com os Deputados, parece-nos que, além do trabalho de investigação, a intenção é deixar um legado para o País. A oportunidade é essa. É uma oportunidade de mudanças, de recolocar o País no seu lugar e de discutir sobre o modelo da CBF, para que a CBF tenha uma associação, uma ligação efetiva com o País, com a Nação, com o povo, que pode efetivamente participar, mesmo que seja comprando uma ação, para se sentir parte do resultado e contribuir para aquilo. Se o torcedor vai ao estádio, se compra um produto ou se a CBF desenvolve um campeonato, ele ganha com isso.

Poderia ser uma iniciativa louvável se esta CPI resolvesse discutir esse tema, evoluir com esse tema e, pelo menos, o colocasse em debate público, como está sendo feito. Ou seja, é uma oportunidade histórica, realmente histórica, de se



colocar o futebol, não só no plano esportivo, mas também no cultural e no econômico, em outro patamar. Esse movimento passa por esses movimentos envolvendo a CBF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem.

Eu quero agradecer aos advogados e escritores José Francisco Manssur e Rodrigo Monteiro de Castro.

Passo a palavra agora ao Relator, que é o autor dos requerimentos, Deputado Fernando Monteiro.

Esse é um tema palpitante que toma conta de todas as rodas, porque o Brasil continua sendo o país do futebol. Nós não podemos abrir mão do título de o país do futebol. Nós sabemos que existem grandes paixões. O Dr. Rodrigo estava citando vários clubes de futebol e eu estava esperando, até que ele citou o Cruzeiro, o Atlético e o Villa Nova, que é o meu time de coração.

Então, indiscutivelmente, o Brasil é o país do futebol. O nosso coração palpita e pulsa futebol 24 horas.

Nobre Deputado Fernando Monteiro, nosso Relator, a palavra está com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Caro Presidente, caros colegas, demais participantes desta reunião, caro José Francisco Manssur, Dr. Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, primeiro eu queria dar os parabéns não só pela ideia, mas também pela motivação e o trabalho de levar o tema a um livro, que eu li e com o qual fiquei muito satisfeito.

Eu acho que há coisas no futebol que têm que melhorar, como até se preparar para esse momento de capital. Deve existir uma prévia.

Quando eu fui convidado para ser Relator, a primeira providência que tomei foi ler o relatório do Deputado Silvío Torres. Nós jamais podemos deixar de lado a sua experiência e a sua luta. Se não me engano, o relatório não foi aprovado, mas não podemos deixar de lado a sua luta.

Então, eu fico muito feliz. Eu sempre disse que, além de nós aqui fazermos a investigação, temos que deixar um legado. Temos de ouvir os senhores, os jornalistas, a própria CBF. Eu li pela imprensa que ela fez um evento na semana passada sobre futebol. Até houve um bate-boca com dois técnicos, se eu não me



engano. Mas é preciso entender por que um país que foi tão avançado no futebol hoje está tão atrasado. Uns dizem que é a Lei Pelé, outros dizem que é a corrupção. E nós precisamos fazer essa avaliação. Então, eu fico feliz.

Eu tenho uma dúvida só. O senhor disse que o livro é sobre futebol, mercado e Estado. Eu queria saber dos senhores quais são as principais características de cada um desses setores e qual é a relação entre eles que motiva o estudo e a conclusão crítica que vemos nessa obra. Então, assim, eu pensei em entender um pouco essa junção de futebol, mercado e Estado, porque nós falamos de uma empresa privada que tem parte do capital, mas, ao mesmo tempo, é um patrimônio cultural nosso. Então, eu queria entender um pouco isso, porque para mim o resto já está explicado.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Muito bem. O título não foi escolhido por acaso, também não foi colocado por acaso desta forma: futebol, mercado e Estado — futebol, pela sua importância, pela importância cultural e pela importância econômica que pode vir a ter pela relação que o brasileiro tem com o futebol.

E novamente: gostemos ou não, o futebol faz parte da nossa cultura. Uma pesquisa do Lance!-IBOPE, também com dados de 2014, indica que os 19 maiores clubes do Brasil têm 145 milhões de torcedores declarados. Esses números podem ser torcidos de várias formas, porque eles não levam em conta os pequenos clubes, os clubes regionais, de modo que as possibilidades são enormes. Então, é futebol, porque é o tema do nosso livro.

Após anos de discussão internamente — o Manssur é advogado especialista em Direito Desportivo; eu não me acho especialista em nada, mas atuo com o Direito Societário e Mercado de Capitais, fusões e aquisições são o que eu faço —, nós começamos a debater muito este tema, tentando aplicá-lo no dia a dia, olhando casos concretos, do ponto de vista intelectual apenas, até que nós chegamos à conclusão de que a solução não é um clube ficar bem, um clube ganhar, um clube se estruturar. Isso não faz bem para o futebol brasileiro.

Em um artigo recente da Universidade de Harvard, um professor, tratando do futebol nos Estados Unidos e citando o CEO da Major League Soccer, disse que os presidentes de clubes, que têm outro formato nos Estados Unidos, em campo,



Deputado Silvio Torres, são inimigos, mas fora de campo são sócios, porque, quanto mais forte for o futebol, mais forte serão os clubes, que lá são empresas, mais arrecadarão, mais público e mais produtos terão. De modo que não adianta... O futebol brasileiro não evoluirá como futebol se um clube conseguir impor um modelo diferenciado e os outros não.

Nos últimos 20 anos, os cinco principais campeonatos europeus tiveram dois times, como regra, disputando os títulos, com um ou outro roubando a hegemonia. Em Portugal, Sporting, Porto e Benfica. Na Espanha, Real Madrid, Barcelona e Atlético. Na Alemanha, Bayern de Munique e Borussia Dortmund.

No Brasil, nos últimos 20 anos, foram 11 campeões nacionais, sendo que três grandes não levaram títulos: Atlético Mineiro, Palmeiras e um do Rio de Janeiro, de que eu não lembro. Vejam só, sem falar de outras potências regionais, nos últimos 20 anos, o Vasco, talvez o Botafogo. O fato é o seguinte: 15 times podem disputar um campeonato brasileiro, fora as potências regionais, que, se se estruturarem, terão condições também de disputar. Nós falamos tranquilamente de uns 20, 25 times para disputar a primeira divisão e divisões fortes, divisões regionais, ligas, o que quer que seja. Daí o nome "futebol".

Por que o mercado? Essa é uma grande discussão que nós tivemos aqui, eu e o Manssur, porque ele queria colocar o Estado à frente do mercado no título. Eu dizia: *"Manssur, o Estado sempre interferiu no futebol brasileiro, historicamente"*. O Estado fez a Lei Zico, a Lei Pelé, o PROFUT e inúmeras outras iniciativas que fazem parte de um processo evolutivo, mas chegou a hora de pensarmos que o Estado precisa conceber um modelo que não vá dar ao futebol uma forma de assistencialismo, de perdão, de salvar o futebol com base em estruturas que não mudam, no fundo, aquilo que é problemático.

De tempos em tempos, nós vemos o Estado propondo medidas para resolver o problema do endividamento dos clubes. A questão é que, enquanto não houver um mercado para que os clubes possam se financiar, arrecadar recursos, gerar retornos para distribuir aos seus sócios, em um primeiro momento, os próprios clubes, então, a sociedade anônima de futebol gera dividendo, e vai para o clube, que paga as suas dívidas ou paga o dividendo a acionistas. Isso não funciona. Então, Deputado, por que o mercado? Porque o mercado tem que participar.



Eu peço licença para dar um exemplo de que eu gosto, o do Flamengo. Como é que o mercado vai se organizar? O mercado precisa de um arcabouço mínimo legislativo. Aí o Estado deve prover esse arcabouço que vai fazer com que o futebol possa ser administrado dentro dele para que os clubes tenham a confiança de que aquele aspecto cultural não se perderá, tanto que, no modelo que se propõe, os clubes têm poder de veto sobre uma série de matérias, mesmo que tenham uma única ação, para que o mercado possa vir.

Imaginem o seguinte: o tamanho do projeto. O Flamengo tem, uns dizem 35 milhões, outros, 40 milhões, mas vamos ficar em 37 milhões de torcedores. Imaginem se o Flamengo cria uma sociedade anônima do futebol e emite uma debênture. Uma debênture é um título de dívida. O Flamengo, hoje, se precisar captar recursos, não vai ter onde captá-los. É uma associação civil e tem um balanço complexo. Por outro lado, se emitir esse título, ele poderá ir ao mercado, se dirigir a qualquer pessoa, especialmente aos seus torcedores, e dizer o seguinte: *“Torcedor, em que você aplica”* — o torcedor que tem poupança — *“os seus recursos? Em um fundo DI? Uns 10%? Ótimo. Eu ofereço a você neste papel que eu vou emitir”* — uma debênture — *“10% de juros fixos e, mais do que isso, um percentual de 2% ou 3% da renda que vai ser gerada nos mandos aqui do Flamengo”*. Vejam o movimento. Vejam a capacidade que o Flamengo, o Fluminense, o São Paulo, o Cruzeiro, o Villa Nova, o Santa Cruz, regionalmente, têm de captar, de transformar aquilo.

O Flamengo, com os números que ele tem, com a torcida que ele tem, com os produtos que ele tem e que ele pode gerar, é um projeto de centenas de milhões. O Flamengo passa, de uma hora para outra, de uma potência a uma potência mundial. E os demais clubes podem seguir esse caminho. É uma questão de escala. Uns vão arrecadar mais, outros vão arrecadar menos.

Então, esse modelo parte desse tripé: o futebol, porque é o que todos querem resgatar, salvar, proteger e desenvolver; o mercado, porque é onde está o dinheiro; e o Estado, que precisa criar o ambiente para que esse dinheiro chegue para que o Estado pare de interferir no futebol como um agente financiador e seja puramente um agente legislador.



Hoje, queiramos ou não, quem financia o futebol é o Estado, porque não arrecada tributos ou porque perdoa tributos ou, então, porque parcela tributos. Então, é o Estado que regula, fiscaliza e financia o futebol. Não é o Estado que tem que financiar o futebol. Quem tem que financiar o futebol é o mercado. O dinheiro está lá — e muito. O Estado tem que compor, tem que criar esse ambiente para que o elemento cultural seja protegido e os recursos entrem. Há dinheiro, e pode ser de altíssima qualidade, desde que o arcabouço jurídico seja bem estabelecido. E isso o Estado pode prover.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem.

Antes de passar a palavra aos inscritos para os debates, os Deputados Silvio Torres, João Derly, Roberto Góes, quero registrar que nós recebemos uma mensagem eletrônica das Indústrias Químicas do Nordeste, Tintas Iquine, em resposta ao questionamento desta Presidência, provocado pelo Deputado José Rocha, que solicitou manifestação sobre sigilo no contrato daquela indústria com o Esporte Clube Vitória.

A fonte produtora do contrato informou que não se trata, portanto, de documento sigiloso. Assim, eu gostaria de colocar em deliberação o levantamento do sigilo aplicado ao documento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, eu não sei do que se trata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - V.Exa. não sabe do que se trata?

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Foram pedidas algumas informações às Indústrias Químicas do Nordeste, Tintas Iquine. Foi o Deputado José Rocha quem as solicitou e, por precaução e por orientação que nós recebemos da própria CPI, do jurídico da CPI, nós informamos aqui que iríamos transformar isso em documento sigiloso.



As Indústrias Químicas do Nordeste, as Tintas Iquine, então, através de mensagem eletrônica, resolveram nos informar que os documentos não são sigilosos, que nós podemos dar conhecimento a respeito desses documentos. Por essa razão, estou colocando em deliberação o levantamento do sigilo aplicado a esse documento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Ah, sim. Então, nós teremos que votar o levantamento do sigilo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Exato.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado, então, o levantamento do sigilo das Indústrias Químicas do Nordeste, Tintas Iquine.

Passemos, então, a palavra aos nobres Deputados, com os seus questionamentos e com as suas perguntas aos advogados e escritores José Francisco Manssur e Rodrigo Monteiro de Castro.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar os nossos convidados e agradecê-los pela presença. Vou me desculpar antecipadamente, porque haverá uma reunião importantíssima da minha bancada agora, às 17 horas, e, infelizmente, vou ter que me retirar em seguida.

Primeiro, para referendar o que já foi dito aqui, quero dizer que esta CPI tem um escopo específico, como está na sua origem, que é o de investigar problemas específicos do futebol, desvio de recursos, enfim — o Deputado João Derly foi o seu autor—, mas nada impede que, ao mesmo tempo, ela possa colaborar ao propor, também, que possamos ter novos projetos para melhorar o ambiente de futebol no Brasil e o seu desenvolvimento, o que, aliás, aconteceu quando relatamos a CPI em 2000.

Paralelamente ao relatório da CPI, foi apresentado um projeto chamado Estatuto do Desporto, elaborado durante todo o desenvolvimento da CPI. Esse projeto procurou disciplinar não só o futebol como também as atividades esportivas de modo geral no Brasil.



Esse projeto de lei teve, posteriormente, uma Comissão Especial que o estudou. Ele chegou até a ser votado, mas sequer foi levado ao plenário da Câmara porque trazia mudanças que não interessavam ao *status quo* do futebol desde a época.

O *status quo* queria, como conseguiu, se perenizar durante tanto tempo, mantendo o privilégio, os esquemas, negócios escusos e tinha aqui, no Congresso Nacional, uma cobertura muito forte. Por essa razão, não só o Estatuto do Desporto como também outros projetos que se seguiram não conseguiram prosperar.

Eu estou contando isso porque o Dr. Manssur fez referência, inicialmente, ao fato de que não basta fazer CPI. Realmente, não basta fazer CPI, mas, enquanto nós não reestruturarmos a base do futebol brasileiro, não vamos conseguir, também, fazer projetos.

Não faltam ideias. As ideias já existem antes da nossa CPI. As leis que já foram citadas, como a Lei Pelé, a Lei Zico, tinham o objetivo de reestruturar o futebol brasileiro. Aqui havia um monitoramento, um controle, e, mais do que isso, havia uma decisão de um grupo com *lobby* muito forte que não permitia avanços. Isso agora ficou muito claro com os processos e investigações que estão correndo nos Estados Unidos, aqui no Brasil também, mostrando que as nossas entidades estavam sendo suportadas por um esquema muito forte de corrupção que dominava o futebol não só no Brasil, mas na América do Sul e no mundo.

Eu nunca tive dúvida de que a FIFA era a grande cabeça de toda a corrupção mundial do futebol, apesar dos avanços que, na Europa, já foram conseguidos, em termos de agilização, como a que trata agora de sociedades esportivas de empresas privadas. Mas a cúpula da FIFA tinha ligações fortes com a cúpula da UEFA, como já ficou demonstrado. Dirigentes importantes foram também afastados, e os clubes e o futebol, especialmente na Europa, sobreviveram porque se organizaram em ligas. Na liga europeia e na Espanha, onde não há uma liga específica e os clubes não é empresa, como o Barcelona e o Real Madrid, mas há sistemas de governanças específicos, eles se inseriram no mercado e dependeram da FIFA apenas para as regras que regulamentam o futebol mundial. Por isso, suportaram os esquemas e a influência que a FIFA queria, mas não conseguiu ter.



Eu estou dizendo isso por uma razão: eu acho que nós não vamos conseguir recuperar, resgatar e avançar no futebol brasileiro, se nós não fortalecermos os clubes. Isso é à base do futebol. Sem isso, nós não podemos pensar em avançar para a CBF ou para as federações. Aliás, eu não sei onde há um modelo de confederação, ou um modelo semelhante que tenha ações na bolsa, modelo privado. Não sei se a NBA funciona assim, se lá na Europa a liga tem ações e tal. Eu desconheço realmente essa informação.

Para constituir uma sociedade empresária esportiva, uma sociedade empresarial, eu apresentei um projeto, em 2005, que está tramitando na Casa. Reapresentei quando voltei à Câmara agora, lá na discussão do PROFUT, foi aprovado e vetado posteriormente. Não sei por que razão foi vetado. O projeto não obriga nenhum clube a se transformar em empresa. Ele dá oportunidade aos clubes, permite e dá estímulos para isso, e segue os mesmos parâmetros que elaboraram aqui para o projeto, que eu já tenho aqui em mãos, mas não passou. E não passou porque o Governo vetou, sem nenhuma razão. A alegação foi tão escandalosa, como também foram várias coisas deste Governo, dizendo que o Ministério da Fazenda tinha sido contra. Isso é um absurdo! Quer dizer, é um negócio que tem um impacto mínimo. O Ministério da Fazenda e o Tesouro brasileiro gastam muito mais mantendo essas estruturas arcaicas, viciadas e administradas por amadores, e teriam grande possibilidade, ao transformá-las em empresas, de sair desse círculo vicioso, no entanto o projeto foi vetado. A explicação é política, não tem nada a ver com técnica.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - E ampliaria a base, não é, Deputado? O Ministério da Fazenda não foi capaz de perceber — eles alegaram uma perda de receita inicial — que haveria uma ampliação da base tributária, ou seja, os clubes iriam gerar maior receita, e na ponta do lápis haveria ganho de impostos, haveria aumento de receita de tributária.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Não temos dúvida. Mas não era o só o Ministério, era o Governo, porque essa é uma decisão de Governo, não se pode deixar que o Ministério da Fazenda decidisse sobre uma mudança tão importante no futebol brasileiro, especialmente no momento em que o futebol brasileiro vem atravessando.



Quero dizer que é bastante saudável que nós tenhamos mais uma contribuição através desse projeto que os senhores apresentam. Acho que nós poderíamos apresentar outro, caro Relator e caro Presidente. Poderíamos ter outras oportunidades de ouvir ideias novas para o futebol brasileiro, para o esporte brasileiro de forma geral, mas, no nosso caso da CPI, para o futebol. Só espero que nós tenhamos, com o advento, talvez, de uma nova história para o Brasil, a oportunidade de fazer uma nova história para o futebol brasileiro também.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito obrigado, Deputado Sílvio Torres.

Concedo a palavra ao Deputado João Derly, que foi — quero informar apenas aos Srs. José Francisco e Rodrigo Monteiro de Castro — a cabeça criativa, a cabeça pensante para que esta CPI estivesse funcionando neste momento. O requerimento partiu de S.Exa., ex-atleta. Nós conhecemos a trajetória e a história do Deputado João Derly. Somos fãs da história do Deputado João Derly, que foi o autor do requerimento de criação desta CPI.

Deputado, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, obrigado pelas palavras. V.Exa. deve se lembrar de mim há alguns quilos atrás. *(Risos.)* O pessoal está brincando com isso, porque eu adquiri um pouco de peso.

**O SR. DEPUTADO SÍLVIO TORRES** - Vai lutar sumô agora?

**O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY** - Sumô, ainda não dá. *(Risos.)*

Quero agradecer ao nosso Relator o convite aos convidados. Sr. Rodrigo e Sr. Manssur, é uma satisfação tê-los aqui. Seguindo o mesmo caminho do Deputado Sílvio, eu tenho algumas perguntas nesse sentido. Nós temos um dado interessante e alarmante do nosso futebol: se os clubes usassem toda a receita de um ano para quitar suas dívidas, mesmo após a renegociação das dívidas fiscais através do PROFUT, aprovado aqui, ainda assim faltaria 1 bilhão de reais. Com um déficit crescente, o cenário tende a piorar. A solução seria virar clube-empresa, como o Deputado Sílvio propôs.

Eu acho que esse tema levaria a uma grande discussão, tal como o que isso poderia ocasionar, caso ocorresse. Seria uma saída?



É importante também aprofundar o conhecimento de como funcionam as sociedades anônimas em países como a Alemanha, com a Bundesliga, que tem um rígido controle financeiro dos orçamentos e dos clubes e que, quase sempre, terminam o ano com superávit. Gostaria de entender um pouco melhor isso. O Deputado Sílvio perguntou se havia ligas no exterior que tinham capital aberto.

Outra questão é o modelo inglês, que é bem-sucedido do ponto de vista de mercado, com a Premier League, valendo bilhões de libras. Com a participação de investidores estrangeiros, se nós viéssemos a implantar isso no nosso País — os estrangeiros que burlam o *fair play* —, nós poderíamos ter o financeiro imposto pelo UEFA. Por exemplo, o Manchester City utiliza valores de patrocínio fora da realidade para complementar o orçamento. Isso não poderia ocasionar um problema para nós brasileiros?

A última questão: uma liga paralela, independente da CBF, que deveria focar mais na Seleção Brasileira, ajudaria também nesse sentido?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu vou fazer o seguinte: eu vou passar a palavra aos Deputados Roberto Góes e João Rodrigues e, nas considerações finais, os senhores esclarecerão dúvidas dos Parlamentares, por favor.

Muito obrigado, Deputado João Derly.

Eu passo, então, a palavra ao nobre Deputado Roberto Góes. S.Exa. tem o tempo que quiser para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Obrigado, Presidente.

Quero, primeiro, parabenizar e agradecer a presença do Dr. José Francisco, do Sr. Rodrigo e dos membros desta Comissão que estão aqui neste momento, mesmo num dia atípico.

Eu escutei atentamente ao que o Rodrigo falou.

Eu tive a oportunidade de ser Presidente de um clube pequeno lá do meu Amapá e hoje sou Presidente de federação. Já tive a oportunidade também de participar de alguns eventos da CBF.

Ficou muito claro que não adianta só privatizar. Criar uma nova estrutura não vai extinguir o risco de que os clubes passem pelos mesmos problemas por que passam hoje.



Eu vejo que a CBF, com todos os problemas que tem, poderia arrecadar muito mais. Já tem uma arrecadação de mais de 500 milhões de reais por ano.

Eu lhe pergunto: quanto conseguem arrecadar por ano outras federações, principalmente da Europa — as confederações espanhola, portuguesa, francesa, italiana? Qual é a diferença? Há um estudo desses recursos para as confederações sul-americanas, como a da Argentina, a do Chile, a da Colômbia, países que têm o mesmo modelo?

Eu vejo que esse modelo de gestão, principalmente dos clubes, está exaurido. Eu acho que é preciso, sim, uma nova motivação. Eu acho que esta Comissão tem o papel importante de buscar alternativas com os estudiosos. Não é fácil gerenciar o futebol brasileiro, porque mexe com paixão. É uma cultura que já vem de muitos anos.

O nosso País é altamente assistencialista. O Governo faz muito isso. Abrimos concessão para usineiros, para montadoras e para tantos outros. Como um todo, o Governo sempre esteve ao lado do futebol também. Agradando ou desagradando, sempre se procurou, por parte desta Casa, com a Comissão de Esportes, ou por parte das pessoas que militam no esporte, alternativa para formatar leis que garantam, de verdade, o desenvolvimento do esporte — do futebol ou de outras atividades —, para que realmente se chegue ao cidadão que mais precisa, à criança que está no lugar mais distante.

Basicamente, as minhas perguntas eram essas.

Quero ter a oportunidade de ler o livro. Vou comprá-lo.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Tenho um aqui para o senhor.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Obrigado.

Quero, realmente, me colocar à disposição, na Comissão, e parabenizar o Deputado João Derly, idealizador desse convite.

Infelizmente, como hoje foram instaladas outras Comissões, os nossos Parlamentares não puderam participar ativamente. Mas eu tenho certeza de que seria salutar — não digo logo, mas até o final desta Comissão — que os senhores viessem novamente para expor a todos os Parlamentares desta Comissão.



No mais, agradeço a presença dos senhores. Espero que, realmente, possamos fazer desse limão uma limonada e dar ao futebol brasileiro a importância que ele merece.

Eu acho que não existem culpados. Eu acho que o futebol brasileiro tem de passar por uma reestruturação na organização da CBF, das federações e, precisamente, dos clubes, jogadores e imprensa como um todo. Eu acho que, se conseguirmos avançar nesse sentido, teremos condições de fazer o futebol melhorar.

O futebol brasileiro é um dos melhores do mundo. Eu penso dessa forma. O Brasil é o país que mais exporta jogadores para outros continentes, para outros campeonatos. Observando o campeonato europeu, percebemos que o Brasil é um dos principais exportadores de jogadores. Mas é lógico que precisamos organizar melhor o futebol, precisamos organizar melhor os nossos campeonatos.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Nós vamos, então, passar a palavra ao Deputado João Rodrigues, que, aliás, está sendo considerado uma das mais belas vozes do Parlamento brasileiro. *(Risos.)*

Boa tarde, Deputado!

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Eu agradeço.

Eu quero, primeiro, cumprimentar o nosso Presidente, os nobres colegas e os convidados que estão aqui conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - V.Exa. foi locutor de futebol, Deputado?

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Como o senhor narrava futebol lá?

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Rapaz, era mais ou menos assim: *“Apita o árbitro! Começa o espetáculo no final do campeonato brasileiro. Chapecoense...”* — que é o meu time. É claro que eu vou torcer pelo meu, não pelo de vocês. *(Risos.)* Mas já tem uns 20 anos o futebol lá.



Eu quero, primeiro, saudar a todos e parabenizar a indicação do colega para a vinda dos senhores. Eu peguei o final do depoimento, mas o achei extremamente produtivo.

É evidente que esta CPI foi criada para apurar as falcatruas, tudo aquilo que acontece em torno da FIFA, da CBF, mas é oportuno discutir o problema do futebol.

Eu tive a honra, Sr. Presidente, convidados, de ser leito, em 2005, Prefeito da cidade chamada Chapecó, em Santa Catarina. Quando assumi, o clube, a Associação Chapecoense de Futebol tinha falido, quebrado, fechado as portas, e havia sugestão para troca de nome. Ele não tinha dinheiro para pagar o passivo, a dívida existente. Tive a honra de reunir os empresários da cidade e fazer um pacto: o empresariado pagava o time, eu construía o estádio. Nós construídos uma arena, e o empresariado entrou como parceiro. Hoje, esse mesmo time é um dos dois clubes que têm a melhor vida financeira do País — se não me falha a memória, são o Chapecoense e o Sport do Recife. Eu acho que o Sport Club do Recife é um dos clubes que tem uma das melhores situações financeiras. Ou é o Santa Cruz? Um dos dois.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - É o Sport, não é?

Os dois clubes têm a melhor vida financeira do País são o Sport e o Chapecoense. É um case local onde houve um mutirão local.

Fazer futebol neste País é a coisa mais difícil do mundo. O dirigente tem que dar muita sorte, fazer uma boa gestão, além de ter muita competência. Mas eu ouvi atentamente os convidados e creio que seria oportuno que partisse dos clubes uma sugestão de projeto para mudar a realidade do futebol brasileiro. Por mais que todos nós que estamos aqui, alguns ligados diretamente ao futebol profissional, outros nem tanto, tenhamos a maior boa vontade, nada melhor do que ouvir o gestor, aquele que faz futebol todo dia, sobre qual é a saída para o futebol brasileiro.

É uma grande verdade o que ouvi aqui do Dr. Rodrigo: nós temos em mãos um público consumidor enorme. O número de torcedores do Flamengo, conforme foi dito, passa de milhões, assim como o do Corinthians, do São Paulo, do Sport. A nossa Chapecoense, um pequeno clube, já tem mais de 150 mil torcedores fiéis e



legais, dos quais 10 mil são sócios que pagam mensalidade em dia. Para uma cidade de médio porte, isso é um negócio gigantesco.

Então, é preciso buscar uma saída. O futebol brasileiro está falido, ele está quebrado. Se hoje o Governo ou os credores forem cobrar a conta, acaba o futebol brasileiro. Vai sobrar um ou dois clubes, e outros renegociando dívidas. Então, há que se buscar uma saída para isso. Até porque — eu acredito nisto, Sr. Presidente — o futebol brasileiro é um patrimônio do brasileiro, porque é aqui o País do futebol, embora, obviamente, já tenhamos perdido essa grande marca, porque a qualidade do futebol decaiu, e de forma estrondosa.

Aliás, há algo de curioso. O jogador normal do Brasil é craque na Europa, mas, quando volta para o Brasil, não rende tanto quanto lá. Alguma coisa de errado está ocorrendo dentro do nosso futebol. Algo não está funcionando.

Os clubes, não tendo estrutura financeira, quando revelam um jogador, a primeira coisa que fazem é buscar o mercado europeu e negociar esse jogador, para que possa pagar o furo que há aqui. Então, nós não estamos mais produzindo craques para o futebol brasileiro e muito menos para a nossa Seleção Brasileira. Nós estamos preparando crianças que saem daqui adolescentes para o futebol europeu, e isto porque o Brasil não tem capacidade sequer de pagar a média de salário que pagava em tempos passados. É evidente que existem algumas distorções, mas o que vale é a lei da oferta e da procura.

Então, baseado nos senhores que escreveram esse livro — eu só ouvi as manifestações finais —, eu acho que... O Congresso Nacional tem a maior vontade do mundo de ajudar. Os Srs. Deputados têm a maior boa vontade do mundo. Tomara que o novo Governo que venha a assumir, seja interina, seja definitivamente, possa ter esta visão: a de que o futebol tem que ser valorizado. Afinal de contas, o futebol movimenta milhões ou bilhões, mas esse dinheiro sai pelo ralo, desaparece.

Vejamos as estruturas dos estádios hoje, do Corinthians ao Mané Garrinha, a todos os Estados. Se não estivesse o poder público financiando, não haveria esses estádios. Estaríamos com os mesmos estádios da época em que os clubes os construíram.



Certo ou errado, o poder público colocou milhões — ou bilhões, pode-se dizer — na construção de uma estrutura que, em alguns casos, está em desuso, não se usa para nada, porque nem futebol profissional tem. E a isso se chama incompetência, porque quem os fez não consultou os clubes. No caso de Brasília, quem construiu o Mané Garrincha não perguntou se haveria futebol permanente ali, se haveria um clube com capacidade para pagar o aluguel desse estádio. Eu duvido que em Brasília haja clube que tenha dinheiro para pagar a conta de luz ou a manutenção o estádio. Não tem.

Então, é extremamente equivocado alguém que não conheça futebol intrometer-se no futebol. O que nós podemos fazer é contribuir, é ajudar.

Agora, mais do que nunca, os dirigentes precisam, de forma organizada, reunir-se e buscar especialistas. Eu vejo aqui o Dr. Manssur e o Dr. Rodrigo, que lançaram uma obra. Eles precisam ser consultados, obviamente, para que, daqui a pouquinho, não vejamos surgir uma nova modalidade, se continuar como está o futebol brasileiro.

Primeiro, ninguém vai pagar a conta desses estádios — o BNDES já pode dá-la perdida, porque ninguém vai pagar essa conta, não. Segundo, os clubes não vão sobreviver, da forma como está o mercado atual do País, dada a situação financeira em que todos vivem.

Eu parablenizo os convidados. Acho que a contribuição é extremamente importante.

Apesar de a CPI ter como foco e como viés a investigação dos escândalos, é oportuno aqui discutirmos os problemas que o futebol brasileiro vive.

Eu parablenizo os senhores e agradeço a presença de todos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - O Dr. José Francisco está me pedindo a palavra, e, já que não há mais nenhum Deputado inscrito, eu vou conceder a palavra aos dois advogados e escritores que estão aqui.

Dr. José Francisco, a palavra está com o senhor.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Deputado, eu vou começar dizendo ao senhor o seguinte: nós já temos aqui a Chapecoense, com sua Arena Condá maravilhosa; temos o Vila Nova e o Sport Club do Recife. Eu estou Vice-Presidente de Marketing e Comunicação do São Paulo, e temos todo o futebol do



Estado do Amapá. Já podemos considerar que essa é uma proposta dos clubes. Já podemos levar adiante esses termos, não é verdade? Podemos seguir.

Eu vou dar resposta só aos temas que me são atinentes, a começar pela colocação do Deputado Derly, a quem, em ano olímpico, é sempre importante render homenagens, pois se trata de um campeão mundial de judô, uma figura que é um símbolo do esporte olímpico brasileiro. E neste ano, mais do que em qualquer outro, ele deve ser saudado e parabenizado por tudo o que já fez.

Numa alusão ao que o Deputado Silvio Torres falou, as ligas estão previstas no nosso ordenamento desde a Lei Zico e esse é um movimento inevitável. A criação de ligas já tem autorização legal. E já existem inclusive em outras modalidades — casos de extremo sucesso. Por exemplo, no basquete. Quando o basquete brasileiro estava numa situação em que a Federação Brasileira simplesmente não tinha capacidade de organizar o campeonato, os clubes se organizaram na Liga Nacional de Basquete, e já está na sua oitava edição o NBB, que, hoje, sob a gerência dos clubes, consegue resultados a cada ano melhores do que no ano anterior.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - A liga de futebol só não foi instalada porque a CBF não deixou, e a própria FIFA interferiu, ameaçou.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Hoje já temos a Liga Nordeste, que a CBF apoia, e temos até a Liga Sul-Minas-Rio, a primeira liga. É um movimento inevitável.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Foi aprovada, no Estatuto da CBF, a criação da liga, dentro do calendário estabelecido, que é montado.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - A liga vai ao encontro de uma colocação que o Prof. Rodrigo fez que é muito importante: a criação de uma sociedade entre os clubes.

Eu digo isto em aulas, palestras, seminários: se os clubes todos, em vez de serem clubes de futebol, fossem fabricantes de sabonete e se quase todos eles acabassem, só sobrasse um — a par de isso não ser permitido pelas nossas leis de concorrência —, num cenário hipotético, esse fabricante teria o melhor cenário que se poderia vislumbrar. Ele seria monopolista na venda do sabonete. Ele venderia



todo sabonete que se vende no Brasil. Agora, se todos os clubes de futebol acabarem e só restar um, o que acontece com esse um? Ele acaba também.

Então, os clubes precisam entender que, a rigor, eles são concorrentes no campo, mas são coprodutores de um produto só, que se chama futebol. Isso, nos regimes em que já foi instalada a liga, está muito consolidado. Por exemplo, a J-League, a Liga do Japão, tem nos supermercados do Japão uma área só dela, onde vende igualmente as camisas de todos os clubes. Ela cuida disso. E na NBA, que Deputado Silvio Torres, entidade privada, da qual são membros os clubes franqueados. A NBA faz a comercialização de todas as propriedades. O uniforme de todos os times da NBA é negociado pela NBA. Não existe esta negociação: cada clube tem o seu, um clube é Nike, outro é Adidas. A NBA negocia para todos e distribui esses valores, lógico que considerando algumas proporcionalidades, mas de modo que todos sobrevivam e estejam bem.

Então, acho que o movimento de ligas é inevitável, e, como disse o Deputado, já está previsto.

Respondendo às perguntas dos Deputados sobre a comparação entre os rendimentos da CBF e das outras confederações nacionais, não conseguimos mais fazer essa comparação hoje em dia porque as outras confederações simplesmente não têm o produto “campeonato nacional”. O produto “campeonato nacional” é da liga. As receitas das outras confederações provêm única e exclusivamente da gestão da Seleção Nacional.

Então, nesse caso, estamos comparando situações diferentes. A CBF tem as receitas e as despesas que são geradas pelo campeonato nacional. Já no caso das federações, se compararmos quanto ganha a confederação inglesa de futebol com a confederação espanhola, etc., estaremos comparando premissas apartadas, porque essas outras têm a responsabilidade de gerenciar somente a Seleção.

Feitas essas colocações, eu passo a palavra ao Rodrigo, para que responda às próximas perguntas.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Eu vou tentar responder em blocos, inicialmente, às perguntas do Deputado João Rodrigues e às do Deputado Roberto Góes.



Deputado João Rodrigues, é uma pena que o senhor não tenha estado aqui no início, porque falamos muito desse aspecto que o senhor menciona. É preciso um novo ambiente, um novo mercado. E esse novo mercado — aí vou emendar também a colocação do Deputado João Derly — não se cria, não se forma apenas com a indução da transformação do clube em empresa. Aliás, Deputado Silvio Torres, um problema da Lei Pelé é que esse modelo de transformação é inviável, é impossível, e eu explico o motivo: imaginem quantos associados há no Sport Club Corinthians Paulista. São associados que vão ao clube por questões sociais. Eles não querem ser sócios de uma empresa. Os associados do Palmeiras, do Juventus e de outros clubes do Brasil têm uma relação social com o clube. Estão preocupados com a bocha, com a piscina, com o tênis, com o relacionamento social ali.

Então, exigir que um clube se transforme e se torne uma sociedade empresária, em que o associado, que tinha uma relação social com o clube, passe a ter problemas societários, não funciona. O modelo é este: o clube cria uma empresa, o clube e passa a controlar, no momento inicial, essa empresa. Ele passa a ser o único sócio dessa empresa.

Quanto a isso, quando se propôs esse projeto, nós fomos analisar o projeto do Deputado Silvio Torres, que, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores projetos já propostos aqui nesta Casa, na minha concepção.

O que fazemos vai um pouco além. Nós nos preocupamos não apenas com o veículo, mas com a formação do mercado: quais são os meios e os instrumentos para que os clubes — e aí volto à colocação, se não me engano, do Deputado Roberto Góes e, certamente, do Deputado Silvio Torres também — tenham dinheiro, tenham recursos? E eles têm que ser fortes, como são os clubes na Europa.

A formação da liga europeia, a Champions League, se passa num ambiente de tensão, em que os clubes, inconformados com aquela gestão centralizada da seleção e do campeonato pela confederação, pela UEFA, dizem: *“Olha, nós vamos criar a nossa liga.”* E aí a colocação: *“Ah, é? Se vocês criarem a liga de vocês, os jogadores de vocês não participam mais de seleção, vocês estão fora do futebol europeu.”* *“É mesmo? Vejam que vai participar dessa liga.”* E aí a lista envolve todos os grandes, de modo que a UEFA e a liga têm que se compor.



Não é isso o que estamos propondo aqui, uma ruptura. Eu acho que há, do ponto de vista legislativo, condições para se criar um ambiente necessário a que os clubes possam captar recursos, para que possam ser fortes. E essa captação se faz por meio da Sociedade Anônima do Futebol. Daí ele poderá deixar de ser, como colocou o Deputado João Rodrigues, exportador de *commodity*.

O problema do futebol brasileiro hoje é que nós exportamos produto acabado a preço de *commodity*. Desculpem-me se alguém aqui tiver esta ascendência ou descendência, mas o alemão, o francês e o inglês são canelas duras. Eles têm a canela dura, mas, do ponto de vista tático, eles são extremamente aplicados. Eles aprendem a jogar futebol, do ponto de vista tático, porque, evidentemente, há entre eles um jogador que tem habilidade, e há um que não.

E dizer isso não é uma questão ufanismo, não. É que faz parte de nós: o brasileiro tem jeito para o negócio. Os jogadores brasileiros saem do Brasil, ainda não prontos, jovens, para países sem importância para o futebol, com contratos ruins, ambientes ruins, longe de suas famílias, culturalmente não inseridos. E os que ficam no Brasil não são suficientes, porque, mesmo eles tendo qualidade, os clubes não têm recursos.

Não dá mais, em minha opinião, para o Brasil exportar produto acabado a preço de *commodity*. E, mais do que isso, não podemos nos esquecer de que estamos falando de um ser humano que tem a possibilidade de transformar, de levar a cultura do País para fora. Então, isso só vai ser feito se houver recursos para formar aqui e, mais do que isso, para incentivar a permanência desse jogador.

Quando Neymar foi embora do Brasil — esses números me foram passados por um jornalista, e Manssur estava no dia, mas não sei os números são corretos ou não —, ele recebeu de remuneração total, incluindo os direitos de imagem e patrocínios, 45 milhões de reais. No mesmo ano, Cristiano Ronaldo, que estava em crise com o Real, porque achava que ganhava pouco, faturou 11 milhões de euros. Ou seja, Neymar, naquele ano, no Brasil, faturou mais do que Cristiano Ronaldo. Será que ele quer ficar no Brasil? É óbvio que não! Mesmo que ele ganhasse o dobro, não ficaria. Por quê? Porque o ambiente aqui não é o adequado. O ambiente em que os campeonatos são fortes, as ligas são fortes, em que há uma estrutura, em que há uma organização, calendário e coisas desse tipo, precisa ser criado.



O que nós propomos é a Sociedade Anônima do Futebol, porque ela olha para tudo o que foi feito e tudo o que foi corretamente proposto, mas dá um passo. E o passo é justamente a criação desse mercado para prever, de modo necessário e obrigatório, regras de governança, que são regras que vão atrair o capital, sem que o capital domine, controle e possa se apropriar daquele ativo, exceto se houver interesse por parte de quem o coloca. E aí há uma série de regras de proteção.

Por que a Sociedade Anônima do Futebol? Porque ela tem uma lei própria, com 50 artigos, e, de modo complementar, aplica-se à Lei das Sociedades Anônimas, um diploma de 1976 que foi feito para organizar o mercado de capitais no Brasil — e, de fato, ela o organizou. É um porto seguro para o investidor. São 40 anos de jurisprudência, de doutrinas, testes, ajustes, de modo que esse modelo prevê os instrumentos de financiamento, debêntures, e já tem uma regulação e instrumentos da CVM. A Sociedade Anônima do Futebol, com a sua lei própria, de modo complementar, se apropriaria da Lei nº 6.404.

Quanto à exportação, eu acho que essa questão está no mesmo ambiente. Como disse o Deputado Silvio Torres, enquanto o clube não tiver condição de formar, vai haver um êxodo. E mais: um êxodo que deveria ser controlado pelo Governo brasileiro. Eu não digo controlar entrada e saída — pelo amor de Deus, não é isso! A partir do momento em que um brasileiro vai embora, é preciso saber para onde ele foi. É preciso criar uma base de dados. Onde ele está? Está na China, em Macau, na Rússia? Onde quer que seja, ele está bem, está recebendo, está em condições de sobrevivência adequada? Está tudo em ordem? É uma coisa muito simples. É um cadastro. Liga-se de vez em quando para manter um contado com ele, e não, simplesmente: saiu, e entraram valores econômicos. Não é isso. Acho que isso faz parte de transformar essa questão...

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Isso já foi feito. Em 2000, nós tínhamos uma Subcomissão que cuidava só de investigar o tráfico de jogadores brasileiros para outros países. Nós tivemos inclusive uma Comissão que foi até à Europa, à Bélgica e outros países, para denunciar o que estava acontecendo: a exportação de jogadores brasileiros, inclusive menores de idade, que ficavam jogados lá, depois que não davam certo. Quem presidiu essa Subcomissão foi o saudoso Governador Eduardo Campos. E, a partir disso, a FIFA tomou providências



muito rigorosas com relação a essa questão. E hoje existe controle no Brasil sobre a saída de jogadores nessa situação.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Da saída, eu sei que existe, mas eu me refiro ao acompanhamento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - O acompanhamento, em tese, é feito pelas embaixadas brasileiras. Foi o que ficou estabelecido.

Eu quis só resgatar um pouco essa história.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Ótimo. Obrigado, Deputado.

Em relação ao mercado de formação, com esse projeto que se propõe aqui — conversou-se muito sobre isso, outro dia, com o Relator Fernando Monteiro, o que é algo bastante interessante —, a Sociedade Anônima do Futebol pode celebrar convênios com escolas públicas. Esses convênios que devem ser aprovados pelo Ministério da Educação. Cada real investido pela Sociedade Anônima do Futebol que servirá para construir, reformar, treinar e alimentar crianças fora do horário letivo. O treinamento seria dado não só pelo professor de Educação Física, como determina a norma, mas também por ex-jogadores, criando-se, assim, um mercado para ex-jogadores. E a Sociedade Anônima do Futebol teria a possibilidade de lançar como despesa aquele valor investido.

Isso não é diferente do que já acontece no PAT — Programa de Alimentação do Trabalhador, em que, para cada real investido na alimentação, pode se lançar dois. Entretanto, nós propomos que se possa lançar três, pela importância do futebol. De modo que, como isso, estaríamos contribuindo para a formação e a manutenção dessas crianças.

Deputado João Derly, eu desconheço a abertura de capital. Existe uma proposta, feita por um professor de Harvard em um artigo publicado na *The Economist* há um 1 mês, em que ele diz que a FIFA deve se deslocar da Suíça para Nova Iorque e lá abrir o seu capital. Essa proposta é complexa. Ela nem vai, na minha opinião, passar pela UEFA. E por quê? Deslocando-se a FIFA para os Estados Unidos, o futebol mundial passará a ser regido pelas leis americanas, pelos tribunais americanos, coisa que a FIFA não vai deixar. De todo modo, essa é uma proposta que já começa a surgir.



Agora, o modelo empresarial de ligas existe. O primeiro caso que eu conheci, inclusive, foi o da liga São Paulo-Rio de Janeiro — o Manssur, à época, era advogado da Pinheiro Neto e trabalhou nesse projeto — e ela era uma sociedade limitada.

Quanto às ligas fora do País, já há, sim, modelos de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Não, ela não foi para a frente. Não teve nenhum caso de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - Isso nos anos 2000.

Agora, na Europa, sim, as ligas se organizam como atividade empresarial.

Nos Estados Unidos, todas. Não existe nos Estados Unidos uma organização central, seja do basquete, seja do futebol — a Major League Soccer —, seja do beisebol, que não seja empresarial. Ela é empresarial por definição e ela opera uma atividade empresarial. E, na Europa também, a liga já se organiza empresarial.

A abertura de capital, não que eu conheça...

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Ela se organiza no modelo de governança ou é uma empresa que segue toda a legislação?

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - É empresa. Nem todas o são, mas na Inglaterra é empresa. E cada um segue o seu padrão. Não há necessidade de ser uma liga. Agora, o movimento que se está fazendo é justamente para que se torne empresa.

Então, o que propomos aqui em relação não só aos clubes de futebol, mas também à CBF, no caso desse movimento — coisa que não acontece fora —, é que, se se fizer uma abertura de capital ou se se fizer um investimento... Quer dizer, imaginem que o clube crie uma sociedade anônima de futebol e, em vez de abrir capital, ele resolva atrair um investidor. Se esse investidor for pessoa jurídica, ele tem que indicar quem é a pessoa física que a controla.

Não cabe a uma lei societária proibir que X, Y ou Z sejam sócios da sociedade, mas cabe a uma lei societária dizer: é importante que os sócios, que os *stakeholders* saibam quem seja o controlador desse negócio.



Voltando aqui à pergunta do Deputado — assim como o Manssur, eu gostaria de render homenagens a S.Exa. —, eu acho que se futebol já é difícil de se fazer no Brasil, imaginem um esporte como aquele que o Deputado praticou, ao qual deve ter se dedicado, no qual deve ter colocado dinheiro do próprio bolso, com dificuldades para treinar e seguir essa carreira linda, que alguns brasileiros conseguem seguir, apesar de suas dificuldades.

A Inglaterra tem um modelo muito liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Só vou pedir licença ao Dr. Rodrigo, que é nosso convidado, para comunicar aos colegas Deputados que a Ordem do Dia acaba de ser aberta no plenário principal da Casa. Portanto, nós teremos que encerrar os nossos trabalhos dentro de mais alguns instantes.

Por favor.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - O modelo inglês é muito liberal. Por exemplo, em Portugal, definem-se limites mínimos ou máximos de participações do clube. Na Inglaterra, pode haver qualquer participação. Aqui no Brasil, achamos que não há necessidade de limite máximo ou mínimo; controla-se por direito de veto. Na França, o mesmo exemplo: o PSG — Paris Saint-Germain é uma sociedade empresarial que tem um único sócio, o Fundo Soberano do Catar.

Vejam a magnitude do futebol. A França, que passa por uma situação religiosa extremamente complicada, que tem no PSG uma das torcidas mais à direita, ligadas a movimentos de extrema direita, movimentos complexos que levaram aos extremismos — *skinheads* e coisas desse tipo, uma das mais extremas —, não tem nenhum problema, em tese, em que seu controlador seja um fundo soberano de um país muçulmano. Quer dizer, o futebol transcende até questões religiosas, interrompe guerras e tudo o mais.

De modo que, tanto na Inglaterra quanto França, Deputado, os modelos de tratamento ao futebol são mais liberais. Não há limite. Pode-se abrir capital, operar com investimento direto, um *private equity*. A empresa pode emitir dívida. Então, tem-se a possibilidade de trabalhar de acordo com as...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Só para concluir. Essa proposta que foi apresentada para nós aqui na Comissão já foi apresentada de alguma forma à CBF? Houve alguma palestra, algum convite? Já houve alguma intenção de...



**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Eu já tive oportunidade de ir à CBF, mercê da minha relação com Rogério Cabloco, e entregar a ele o livro. Ele me disse hoje que já o leu. A gente está à disposição — ela, não sei se foi mencionado aqui, redundou num projeto de lei aqui nesta Casa, de autoria do Deputado Otavio Leite.

Mas, na CBF, eu travo essa discussão com o Rogério. Já tratei *en passant* com o Walter Feldman, mas estamos absolutamente à disposição para levar lá, até porque é fundamental.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu quero agradecer aos Drs. José Francisco Cimino Manssur e Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, que foram os nossos convidados.

Os senhores querem fazer mais alguma colocação?

**O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR** - Só o agradecimento aos Deputados pela atenção e, ao Presidente e ao Relator, pelo convite. Tomara que a CPI gere ótimos resultados, como acreditamos que gerará.

**O SR. RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO** - E ficamos à disposição, caso necessitem de outros esclarecimentos.

Finalmente, agradeço ao Presidente Laudivio Carvalho e ao Relator Fernando Monteiro, que nos formularam o convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Nobre Relator, mais alguma colocação? (*Pausa.*) Tranquilo.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião, antes convocando este Colegiado para a reunião deliberativa a realizar-se amanhã, dia 4 de maio, quarta-feira, às 11 horas, no Plenário nº 01.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado aos senhores, e até amanhã!